



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150323 - SE (2021/0217108-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ALFREDO RIOS DE OLIVEIRA JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : ADRIANO DIAS SANTOS - SE006285D
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
CORRÉU : ANDRE IVO SILVA OLIVEIRA SEGUNDO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por ALFREDO RIOS DE OLIVEIRA JUNIOR contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (HC n. 202100303797).

O paciente se encontra recluso em cumprimento de prisão preventiva decretada pelo Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju. A defesa impetrou *habeas corpus* no TJSE, cuja ordem foi parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada pela Câmara Criminal.

Sustenta a defesa, no presente recurso de *habeas corpus*: a) “carência de fundamentação idônea da manutenção da custódia penal, quando da análise de sua reavaliação, implica, automaticamente, em constrangimento ilegal” (fl.9); b) comprovação dos requisitos autorizadores da ordem liminar para determinar a soltura do ora paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem em *habeas corpus* para que seja mantida a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, seja substituída por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso – revogação da prisão preventiva –, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente